

Pau D'Arco: Encerradas investigações que apontariam os mandantes do massacre ocorrido em 2017



Reproduzimos abaixo notícia de autoria de Welita Barbosa e João Alves, publicada em 15 de julho em www.anovademocracia.com.br



Crime de Estado: investigação do Massacre de Pau D'Arco é arquivado após 5 anos de investigação. Foto: Banco de Dados AND

Mesmo com abundantes provas e denúncias, foram arquivados no dia 24 de maio os processos judiciais que investigava os mandantes e demais responsáveis pelo Massacre de Pau D'Arco. Ocorrida em 24 de maio de 2017, quando 28

camponeses foram atacados covardemente por policiais civis e militares comandados pela Delegacia de Conflitos Agrários – DECA vinculados ao governo reacionário de Simão Jatene – PSDB, o Massacre deixou 10 mortos e dezenas de feridos. Desde então, a resistência das massas camponesas ecoou por todo o país exigindo justiça para os camponeses assassinados.

Os camponeses persistiram na luta, tomando o latifúndio 20 dias após o ataque. Desde então, o latifúndio, com o apoio ativo do velho Estado latifundiário-burocrático, promove perseguições e assassinatos contra os sobreviventes do massacre, bem como contra os dirigentes camponeses que mantiveram alta a bandeira da luta pela terra.

Em 2017, após a tomada do latifúndio, novos ataques ocorreram, sob a forma de emboscadas e intimidações de todo o tipo. No mesmo ano, cerca de 15 policiais foram postos em liberdade pela justiça do velho Estado, mesmo com a posição contrária de magistrados federais.

Desta vez, com o fim do processo, os 16 policiais denunciados como executores do massacre foram reintegrado às suas funções. Eles já estavam em liberdade desde 2017.

O argumento que os policiais utilizaram foi de que houve um confronto. Contudo, desde o ano de 2017, está claro que se tratou de uma chacina, pura e simplesmente, através do laudo realizado pela Polícia Federal e Secretaria de Segurança do Pará. Ele indicou que os camponeses foram assassinados à sangue frio, já estando rendidos, com tiros na cabeça e no peito.

Crime de Estado

O crime de Estado ocorreu durante o governo do vende-pátria Michel Temer – MDB e repercutiu por todo o país, expondo a realidade do campo e a persistência da luta camponesa. O arquivamento do processo revela de maneira inequívoca o verdadeiro caráter da “democracia” do velho Estado brasileiro de ser para as massas camponesas um verdadeiro regime de terror.

Menos de um ano antes de ser encerrado o processo de investigação, um novo crime do latifúndio ocorreu. O sobrevivente do Massacre Fernando Araújo dos Santos foi assassinado como uma queima de arquivos. Combativo e destemido camponês que lutava decididamente por um pedaço de terra para viver e trabalhar, Fernando havia denunciado inúmeras vezes que estava sofrendo ameaças de morte, sem contudo nada ser feito pelas autoridades reacionárias.

assassinos impunes

O assassinato de Fernando ocorreu no mesmo dia em que deixou a ocupação, com um tiro na nuca. O processo de investigação de sua morte também foi arquivado.

Advogado do povo preso, executores e mandantes soltos

A única pessoa presa é o advogado do povo José Vargas Júnior. Ele foi preso acusado injustamente em uma verdadeira aberração judicial quando se empenhava em recolher relatos e denúncias dos camponeses em luta no Pará. José Vargas

foi acusado de envolvimento em homicídio a partir de piadas enviadas por celular a colegas. Não há qualquer prova material de que o advogado esteve envolvido em qualquer ilícito, ficando claro o caráter político da prisão.

Enquanto isto, os executores foram soltos celeremente após comprovada participação na chacina. Os mandantes do crime, contudo, nem chegaram a ser indicados pela “justiça”.

Movimento camponês já denunciava farsa do processo

Ao se completar 4 anos do Massacre, a Liga dos Camponeses Pobres – LCP já denunciava em boletim: “As conclusões da perícia divulgada comprovam que a ação criminosa das forças policiais do velho Estado foi premeditada e planejada.”. E prosseguem: “1 mês e meio antes da divulgação do resultado da perícia, um representante da Comissão Nacional da LCP declarava em entrevista ao AND: – Todos os elementos comprovam que não houve aquela resistência. ... A Deca sabia que iria encontrar camponeses os quais ela poderia assassinar.”

“Ainda segundo os dados divulgados, nesse crime hediondo praticado pelo velho Estado, ao menos seis armas foram utilizadas pelos policiais para assassinar os camponeses. Nove vítimas foram alvejadas no peito e a presidente da associação dos trabalhadores, Jane Júlia de Almeida, foi executada com um tiro à queima-roupa na cabeça. Cinco camponeses foram assassinados por uma pistola .40 que não foi entregue a perícia.”.

Anos antes, menos de 6 meses depois do Massacre, em novembro de 2017, o portal Resistência Camponesa divulgada a Carta de Pau D’Arco, em que é divulgada a posição inquebrantável dos camponeses de seguir a luta, o que foi cumprido: “afirmamos serenamente que, assim como ao longo dos séculos a nossa luta pela terra nunca parou, cada vez mais, está chegando a hora do acerto de contas, em que o povo do campo, sofrido e mil vezes pisoteado e humilhado, com o apoio dos pobres da cidade, se levantará para acabar de vez com todo o latifúndio tomando todas as suas terras, parte por parte, através da revolução agrária, entregando a terra aos camponeses pobres sem terra ou com pouca terra e unido com o povo da cidade irá pôr fim a este sistema de exploração e opressão sobre nosso povo e de subjugação e saqueio das riquezas de nossa Pátria, para conquistar a nova democracia, nova economia, nova cultura e o novo Brasil!”